

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026

DESPACHO

Visto. Concorde.

Transmita-se a posição da APA, consubstanciada na presente informação técnica, no respetivo parecer, e no presente despacho, a registar na PCGT, e comunicar na Conferência Procedimental convocada pela CCDR Algarve, a realizar no próximo dia 27 de março.

26.03.2026

A Administradora da Região Hidrográfica do Algarve

INÊS FERREIRA
DE SOUSA ALVES

Assinado de forma digital por
INÊS FERREIRA DE SOUSA
ALVES
Dados: 2026.03.26 18:00:09 Z

Inês Alves

PARECER

Acompanho, na íntegra, a apreciação técnica expressa na presente informação, que merece igual concordância do Sr. CDRHI, nas matérias atribuídas à respetiva unidade orgânica.

Assim, em resultado da avaliação efetuada aos elementos submetidos na PCGT, detalhadamente expressa na presente informação, e da qual é possível concluir que foram atendidas a generalidade das condições e recomendações efetuadas no anterior parecer destes Serviços, transmitido ao abrigo da Informação n.º I007920-202505-ARHALG.DPI, de 19.05.2025, verifica-se, contudo, que subsiste um conjunto de matérias a salvaguardar e ponderar na versão final de Plano e respetivo Relatório Ambiental.

Assim, proponho superiormente que, para efeitos da posição da APA, a transmitir na Conferência Procedimental convocada pela CCDR Algarve, a realizar no próximo dia 27 de março, pelas 10:30 horas, a mesma seja consubstanciada, em síntese, nas conclusões expressas no ponto 4 da presente informação, devidamente fundamentada no corpo da mesma, e do respetivo anexo.

26.03.2026

O Chefe da Divisão de Planeamento e Informação, ARH Algarve

Assinado por: **Carlos Humberto Afonso Martins**
Num. de Identificação: 07398458
Data: 2026.03.26 17:54:02+00'00'

Carlos Martins

Processo: ARHALG.DPI.00177.2023

Assunto: Plano de Pormenor de Vale Cães (PPVC) - Concelho de Lagoa - Acompanhamento - Convocatória para conferência procedimental [PCGT / ID 937]

Resumo: A CCDR Algarve convocou a APA – ARH Algarve a participar na Conferência Procedimental, a realizar no dia **27.03.2026**, pelas 10:30h, por videoconferência, com a seguinte ordem do dia:

- Abertura da reunião com breve nota sobre o funcionamento da mesma;
- Esclarecimentos da Câmara Municipal de Lagoa;
- Posição das entidades sobre os documentos em apreciação;
- Conclusões.

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026

Para o efeito, foram disponibilizadas peças escritas, submetidas na PCGT em dezembro 2025.

Em síntese:

Peças Escritas	Peças Desenhadas
<ul style="list-style-type: none"> RUIDO FICHA_Dados_Estatisticos_PP_2025_10_02.pdf Regulamento_PPVC_06-10-2025.docx Regulamento_PPVC_06-10-2025.pdf REL_PPVC_06OUT2025.docx REL_PPVC_06OUT2025.pdf REL_PrExPIFina_PPVC_06OUT2025.docx REL_PrExPIFina_PPVC_06OUT2025.pdf 	<ul style="list-style-type: none"> DWG JPEG PDF <p><u>Evidenciando-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> 01_1_IMPLANTACAO_CLAS_SOLO.pdf 01_2_IMPLANTACAO_OUTROS_REGIMES_USO.pdf 02_1_CONDICIONANTES_SRUP.pdf 02_2_CONDICIONANTES_RISCOS.pdf 06_EEM.pdf 07_1_REDE_VIARIA.pdf 08_1_INFRASTRUTURA_ABASTAGUA.pdf 08_2_INFRASTRUTURA_SANEAMENTO.pdf

Neste contexto, a presente informação visa consubstanciar o parecer da APA - ARH-Algarve sobre o assunto, organizado de acordo com os seguintes pontos:

1. Antecedentes
2. Análise Técnica da Proposta
3. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)
4. Conclusões

1. ANTECEDENTES

Em termos de antecedentes, refira-se que a APA - ARH Algarve pronunciou-se nos seguintes momentos da elaboração do PP:

2023: Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório de Fatores Críticos

Ofício n.º S038416-202306-ARHALG.DPI, de 03.07.2023 (parecer emitido sobre o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, RFCD).

2024: Proposta de Plano + Avaliação Ambiental Estratégica

Informação n.º I000817-202401-ARHALG.DPI, de 25.01.2024, sobre a qual foram exarados os respetivos despachos superiores datados de 07.02.2024, e cujo sentido do parecer emitido foi favorável condicionado a:

“Recursos hídricos superficiais:

- Identificar o Domínio Hídrico na Planta de Condicionantes.

Recursos hídricos subterrâneos:

- Considerar a área de proteção à captação pública correspondente ao furo JCS9 como um limite ao regime de uso, associando um regime de uso relativo à quantidade.

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026

Águas residuais:

- Avaliar a capacidade do sistema existente, tanto em baixa como em alta, para receber as águas residuais;
- Prever a ligação à ETAR da Boavista por forma a diminuir a carga sobre a ETAR de Lagoa, caso esta não venha a ser ampliada e remodelada em tempo útil ou se revele uma solução com menor custo-eficácia.

Resiliência às alterações climáticas e promoção da eficiência hídrica:

No âmbito da ponderação a efetuar relativamente à ocupação proposta, considerar o seguinte:

- Reforçar a produção de ApR a partir da ETAR de Lagoa (ampliada e remodelada), ou em alternativa, a partir da ETAR da Boavista;
- Concretizar soluções de eficiência hídrica, condicionando a rega de espaços verdes e usos não potáveis com recurso a águas pluviais e ApR;
- Adaptar o projeto de drenagem das águas pluviais para acomodar a componente que permita o aproveitamento para rega de espaços verdes e usos não potáveis;
- Desenvolver a proposta de Plano no sentido de clarificar o número de piscinas previstas e volumes associados;
- Optar por piscina coletiva ao invés de piscinas individuais;
- Justificar a origem de água para enchimento da piscina.

Relativamente ao Relatório de AAE, considera-se que a serem atendidas as sugestões e recomendações mencionadas no parecer, encontram-se reunidas as condições para o desenvolvimento de uma nova versão do RA mais atualizada e completa.”

2025: Proposta de Plano + Avaliação Ambiental Estratégica

Informação n.º I007920-202505-ARHALG.DPI, de 19.05.2025, sobre a qual foram exarados os respetivos despachos superiores datados de 28 e 29.05.2024, e cujo sentido do parecer emitido foi **globalmente favorável, com condições e recomendações** ¹:

Proposta de Plano – Parecer favorável com as seguintes condições e recomendações:

- “Quadro A. Recursos Hídricos Superficiais: Rever a legenda do Domínio Hídrico na Planta de Condicionantes – Servidões e Restrições de Utilidade Pública.
- Quadro D. Águas Residuais: Afigura-se que, da anterior proposta para a atual, a necessidade de articulação das entidades em baixa (Município) e em alta (AdP) não foi convenientemente assegurada, no sentido de acautelar, no prazo de execução do PPVC, o destino das águas residuais produzidas nas operações urbanísticas previstas no mesmo, configurando-se como mais adequada a ligação à ETAR da Boavista, face à capacidade infraestrutural atual e previsivelmente futura, das soluções existentes. Assim, considera-se

¹ Refira-se que constituem anexos à informação os Quadros denominados por: A. Recursos Hídricos Superficiais; B. Recursos Hídricos Subterrâneos; C. Abastecimento de Água; D. Águas Residuais; E. Riscos Naturais; F. Resiliência às alterações climáticas e promoção da eficiência hídrica; G. Relatório Ambiental da AAE (Relatório Ambiental Preliminar).

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026

que se trata de matéria sensível e relevante para contribuir para a melhoria da massa de água da Ribeira de Alcantarilha, classificada com estado inferior a bom. Face ao exposto, esta matéria carece de clarificação e estabilização, a considerar no Programa de Execução e no Plano de Financiamento deste PPVC, entre as duas entidades, previamente à sua aprovação.

- Quadro F. Resiliência às alterações climáticas e promoção da eficiência hídrica: Justificar a origem de água para enchimento da piscina, não podendo haver lugar a captações subterrâneas para o efeito. No contexto de seca estrutural da região, necessidade de integrar soluções de eficiência hídrica, condicionando a rega de espaços verdes e usos não potáveis com recurso a águas pluviais e ApR, adaptando o projeto de drenagem das águas pluviais para acomodar a componente que permita o aproveitamento para rega de espaços verdes e usos não potáveis.”

Relatório Ambiental – “Parecer favorável, considerando-se que a serem atendidas as sugestões e recomendações mencionadas no ponto 2 (que inclui o Quadro G), encontram-se reunidas as condições para o desenvolvimento de uma nova versão do RA, mais atualizada e completa, a sujeitar a consulta pública. A acompanhar o RA deverá ser disponibilizado o Resumo Não Técnico, como previsto no Regime Jurídico de AAE.

Relembra-se que deve ser clara a articulação da proposta de PP de Vale de Cães (Lagoa) com a AAE realizada. De acordo com o definido no regime jurídico de AAE, na AAE (especificamente no RA) devem constar as medidas de controlo previstas, as quais devem estar refletidas no desenvolvimento da proposta de Plano e respetivas peças. Ou seja, o Relatório do Plano deve demonstrar essa circunstância e clarificar quais as medidas, recomendações e contributos que o referido procedimento de AAE deu para a proposta de Plano.”

2. ANÁLISE TÉCNICA DA PROPOSTA

2.1. Localização

Recorda-se que o Plano de Pormenor do Vale de Cães (PPVC) abrange uma área de 12,19 hectares, localiza-se a Norte da cidade de Lagoa e a oeste de Cercas, e integra-se no Plano de Urbanização da Cidade de Lagoa (PUCL), na Unidade de Planeamento n.º 3 (UP3), mais precisamente na Sub-UOPG, HBE 7, identificada no artigo 49.º do Regulamento ² do PUCL. O PUCL foi publicado pelo Aviso n.º 11622/2008, de 15 de abril.



Por sua vez, a revisão do PDM foi publicada pelo Aviso n.º 16179/2021, de 26 de agosto, e definiu que o PUCL se mantém eficaz e em vigor e prevalece sobre o disposto no PDM nesta área.

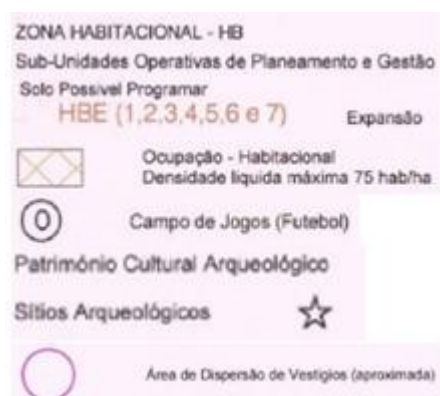
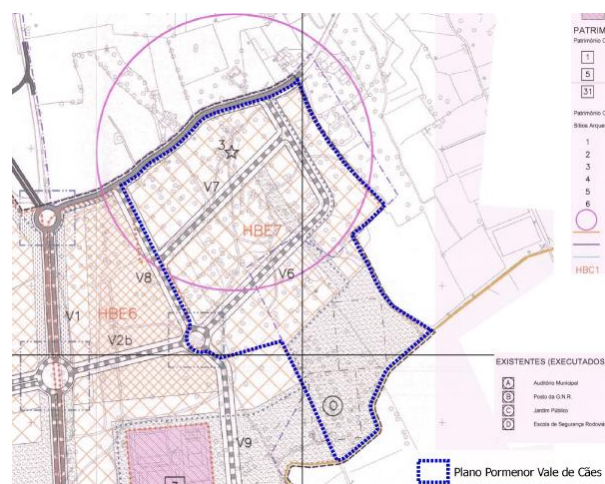
² Artigo 49.º Zona habitacional de Expansão HBE 7 – Zona de expansão periférica a Nascente, a preencher com moradias isoladas e moradias em banda. O espaço verde desta área de expansão constitui uma reserva para parque desportivo e instalações de apoio.

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026



-  Limite indicativo do PU Cidade de Lagoa
 Localização indicativa de intervenção do PP Vale Cães



Extrato da Planta de zonamento do PUCL (Des. N.º 10.1) com destaque para a área de intervenção do PP Vale Cães (PPVC) em apreço

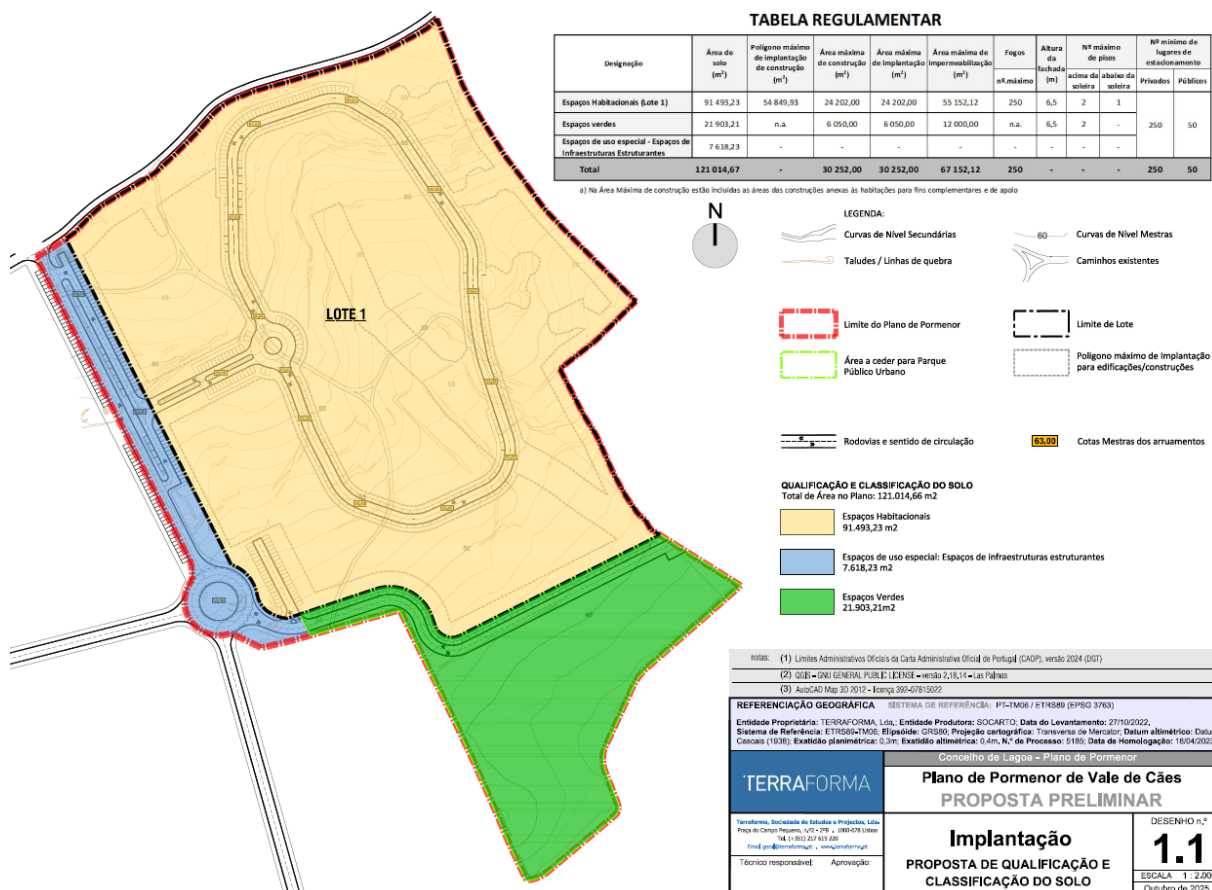
2.2. Proposta de ocupação

O PPVC destina-se a concretizar a expansão da cidade de Lagoa, para nordeste, com os seguintes usos, integrados nas categorias de espaço:

- "Espaços Habitacionais" (Lote 1), numa área de cerca de 9,15 ha e 250 fogos
- "Espaços de uso especial - Espaços de Infraestruturas estruturantes", numa área de 0,76 ha
- "Espaços verdes", numa área de cerca de 2,19 ha

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026



De referir que a atual proposta de ocupação difere da apreciada em 2025, essencialmente no que diz respeito ao uso habitacional que substitui o uso turístico, opção essa que se deduz ter sido motivada pelos pareceres emitidos pela CCDR-Algarve e Turismo de Portugal, IP, e devidamente ponderada no âmbito da estratégia municipal em articulação com o promotor privado.

A este propósito, sugere-se, desde já, que no capítulo IV (Espaços Verdes do regulamento) proposto, no seu artigo 25.º (Noção e âmbito), onde se lê: "Os espaços que integram as áreas públicas que contribuem para a composição paisagística e asseguram os objetivos de conservação da natureza e sustentabilidade ambiental e ecológica definidos no presente plano, assim como desempenham uma função de suporte às atividades de turismo, recreio e lazer, de enquadramento e estética da paisagem", seja substituída "atividades de turismo" por "atividades desportivas".

2.3. Análise


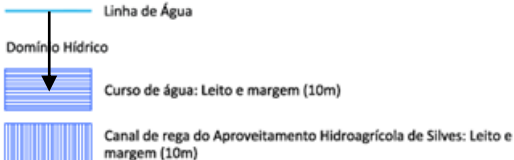
2.3.1. Alterações introduzidas na proposta

Tendo por base as conclusões constantes na citada Informação n.º I007920-202505-ARHALG.DPI, de 19.05.2025, que consubstanciou a emissão do parecer favorável condicionado e com recomendações da APA – ARH Algarve, serve a presente informação

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

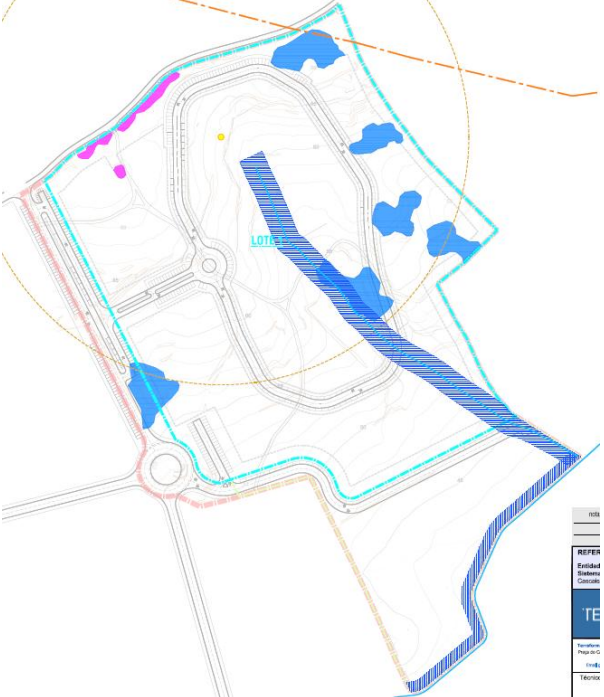
Data: 19/03/2026

para avaliar as alterações introduzidas na proposta de plano, de acordo com os Quadros A a F anexos à citada informação, organizados pelas seguintes temáticas e onde se conclui que, genericamente, foram atendidas todas as recomendações efetuadas no parecer:

APA – ARH Algarve Conferência Procedimental 30.05.2025 - I007920-202505-ARHALG.DPI, de 19.05.2025	APA – ARH Algarve (março 2026)																																																																								
<p>A. Recursos Hídricos Superficiais</p> <div data-bbox="236 1010 448 1111">  </div> <div data-bbox="228 1162 746 1426"> <table border="1"> <tr> <td colspan="2">notas:</td></tr> <tr> <td colspan="2">(1) Limites Administrativos Oficiais da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2022 (DG7)</td></tr> <tr> <td colspan="2">(2) QGIS - QGIS GENERAL PUBLIC LICENSE - versão 2.18.14 - Las Palmas</td></tr> <tr> <td colspan="2">(3) AutoCAD Map 3D 2012 - licença 392-07815022</td></tr> <tr> <td colspan="2">REFERENCIAÇÃO GEOGRÁFICA SISTEMA DE REFERÊNCIA: PT-TM06 / ETRS89 (EPSG 3763)</td></tr> <tr> <td colspan="2">Concelho de Lagos - Plano de Pormenor</td></tr> <tr> <td colspan="2">TERRAFORMA</td></tr> <tr> <td colspan="2">Plano de Pormenor de Vale de Cães</td></tr> <tr> <td colspan="2">PROPOSTA PRELIMINAR</td></tr> <tr> <td colspan="2">Terraforma, Sociedade de Estudos e Projetos, Lda, Rua do Garça Pequeno, n.º 2 - 1.º andar - 8004-915 Lagos Tel. (+351) 212 618 206 Email: geral@terraforma.pt - www.terraforma.pt</td></tr> <tr> <td>Técnico responsável:</td><td>Aprovação:</td></tr> <tr> <td colspan="2">Condicionantes</td></tr> <tr> <td colspan="2">Servidões e Restrições de Utilidade Pública</td></tr> <tr> <td colspan="2">DESENHO n.º</td></tr> <tr> <td colspan="2">02.1</td></tr> <tr> <td colspan="2">ESCALA 1 : 2.000</td></tr> <tr> <td colspan="2">Julho de 2024</td></tr> </table> </div>	notas:		(1) Limites Administrativos Oficiais da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2022 (DG7)		(2) QGIS - QGIS GENERAL PUBLIC LICENSE - versão 2.18.14 - Las Palmas		(3) AutoCAD Map 3D 2012 - licença 392-07815022		REFERENCIAÇÃO GEOGRÁFICA SISTEMA DE REFERÊNCIA: PT-TM06 / ETRS89 (EPSG 3763)		Concelho de Lagos - Plano de Pormenor		TERRAFORMA		Plano de Pormenor de Vale de Cães		PROPOSTA PRELIMINAR		Terraforma, Sociedade de Estudos e Projetos, Lda, Rua do Garça Pequeno, n.º 2 - 1.º andar - 8004-915 Lagos Tel. (+351) 212 618 206 Email: geral@terraforma.pt - www.terraforma.pt		Técnico responsável:	Aprovação:	Condicionantes		Servidões e Restrições de Utilidade Pública		DESENHO n.º		02.1		ESCALA 1 : 2.000		Julho de 2024		<p>Validado parcialmente. Conforme sugerido, foi alterada/ atualizada a legenda do Domínio Hídrico na Planta de Condicionantes – Servidões e Restrições de Utilidade Pública. Não obstante, deve a “linha de água” ser representada a meio da legenda “curso de água: Leito e margem (10m)”, conforme seta indicativa abaixo:</p> <div data-bbox="874 952 1390 1111">  </div> <div data-bbox="866 1155 1418 1431"> <table border="1"> <tr> <td colspan="2">notas:</td></tr> <tr> <td colspan="2">(1) Limites Administrativos Oficiais da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2024 (DG7)</td></tr> <tr> <td colspan="2">(2) QGIS - QGIS GENERAL PUBLIC LICENSE - versão 2.18.14 - Las Palmas</td></tr> <tr> <td colspan="2">(3) AutoCAD Map 3D 2012 - licença 392-07815022</td></tr> <tr> <td colspan="2">REFERENCIAÇÃO GEOGRÁFICA SISTEMA DE REFERÊNCIA: PT-TM06 / ETRS89 (EPSG 3763)</td></tr> <tr> <td colspan="2">Entidade Proprietária: TERRAFORMA, Lda.; Entidade Produtora: SOCARTE; Data do Levantamento: 27/10/2022.</td></tr> <tr> <td colspan="2">Sistema de Referência: ETRS89/UTM06; Epóide: GRS80; Projeção cartográfica: Transversa de Mercator; Datum altimétrico: Datum Cascais (1956); Exatidão planimétrica: 0,3m; Exatidão altimétrica: 0,4m; N.º de Processo: 5185; Data de Homologação: 18/04/2023</td></tr> <tr> <td colspan="2">Concelho de Lagos - Plano de Pormenor</td></tr> <tr> <td colspan="2">TERRAFORMA</td></tr> <tr> <td colspan="2">Plano de Pormenor de Vale de Cães</td></tr> <tr> <td colspan="2">PROPOSTA PRELIMINAR</td></tr> <tr> <td colspan="2">Terraforma, Sociedade de Estudos e Projetos, Lda, Rua do Garça Pequeno, n.º 2 - 1.º andar - 8004-915 Lagos Tel. (+351) 212 618 206 Email: geral@terraforma.pt - www.terraforma.pt</td></tr> <tr> <td>Técnico responsável:</td><td>Aprovação:</td></tr> <tr> <td colspan="2">Condicionantes</td></tr> <tr> <td colspan="2">Servidões e Restrições de Utilidade Pública</td></tr> <tr> <td colspan="2">DESENHO n.º</td></tr> <tr> <td colspan="2">02.1</td></tr> <tr> <td colspan="2">ESCALA 1 : 2.000</td></tr> <tr> <td colspan="2">Outubro de 2025</td></tr> </table> </div>	notas:		(1) Limites Administrativos Oficiais da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2024 (DG7)		(2) QGIS - QGIS GENERAL PUBLIC LICENSE - versão 2.18.14 - Las Palmas		(3) AutoCAD Map 3D 2012 - licença 392-07815022		REFERENCIAÇÃO GEOGRÁFICA SISTEMA DE REFERÊNCIA: PT-TM06 / ETRS89 (EPSG 3763)		Entidade Proprietária: TERRAFORMA, Lda.; Entidade Produtora: SOCARTE; Data do Levantamento: 27/10/2022.		Sistema de Referência: ETRS89/UTM06; Epóide: GRS80; Projeção cartográfica: Transversa de Mercator; Datum altimétrico: Datum Cascais (1956); Exatidão planimétrica: 0,3m; Exatidão altimétrica: 0,4m; N.º de Processo: 5185; Data de Homologação: 18/04/2023		Concelho de Lagos - Plano de Pormenor		TERRAFORMA		Plano de Pormenor de Vale de Cães		PROPOSTA PRELIMINAR		Terraforma, Sociedade de Estudos e Projetos, Lda, Rua do Garça Pequeno, n.º 2 - 1.º andar - 8004-915 Lagos Tel. (+351) 212 618 206 Email: geral@terraforma.pt - www.terraforma.pt		Técnico responsável:	Aprovação:	Condicionantes		Servidões e Restrições de Utilidade Pública		DESENHO n.º		02.1		ESCALA 1 : 2.000		Outubro de 2025	
notas:																																																																									
(1) Limites Administrativos Oficiais da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2022 (DG7)																																																																									
(2) QGIS - QGIS GENERAL PUBLIC LICENSE - versão 2.18.14 - Las Palmas																																																																									
(3) AutoCAD Map 3D 2012 - licença 392-07815022																																																																									
REFERENCIAÇÃO GEOGRÁFICA SISTEMA DE REFERÊNCIA: PT-TM06 / ETRS89 (EPSG 3763)																																																																									
Concelho de Lagos - Plano de Pormenor																																																																									
TERRAFORMA																																																																									
Plano de Pormenor de Vale de Cães																																																																									
PROPOSTA PRELIMINAR																																																																									
Terraforma, Sociedade de Estudos e Projetos, Lda, Rua do Garça Pequeno, n.º 2 - 1.º andar - 8004-915 Lagos Tel. (+351) 212 618 206 Email: geral@terraforma.pt - www.terraforma.pt																																																																									
Técnico responsável:	Aprovação:																																																																								
Condicionantes																																																																									
Servidões e Restrições de Utilidade Pública																																																																									
DESENHO n.º																																																																									
02.1																																																																									
ESCALA 1 : 2.000																																																																									
Julho de 2024																																																																									
notas:																																																																									
(1) Limites Administrativos Oficiais da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2024 (DG7)																																																																									
(2) QGIS - QGIS GENERAL PUBLIC LICENSE - versão 2.18.14 - Las Palmas																																																																									
(3) AutoCAD Map 3D 2012 - licença 392-07815022																																																																									
REFERENCIAÇÃO GEOGRÁFICA SISTEMA DE REFERÊNCIA: PT-TM06 / ETRS89 (EPSG 3763)																																																																									
Entidade Proprietária: TERRAFORMA, Lda.; Entidade Produtora: SOCARTE; Data do Levantamento: 27/10/2022.																																																																									
Sistema de Referência: ETRS89/UTM06; Epóide: GRS80; Projeção cartográfica: Transversa de Mercator; Datum altimétrico: Datum Cascais (1956); Exatidão planimétrica: 0,3m; Exatidão altimétrica: 0,4m; N.º de Processo: 5185; Data de Homologação: 18/04/2023																																																																									
Concelho de Lagos - Plano de Pormenor																																																																									
TERRAFORMA																																																																									
Plano de Pormenor de Vale de Cães																																																																									
PROPOSTA PRELIMINAR																																																																									
Terraforma, Sociedade de Estudos e Projetos, Lda, Rua do Garça Pequeno, n.º 2 - 1.º andar - 8004-915 Lagos Tel. (+351) 212 618 206 Email: geral@terraforma.pt - www.terraforma.pt																																																																									
Técnico responsável:	Aprovação:																																																																								
Condicionantes																																																																									
Servidões e Restrições de Utilidade Pública																																																																									
DESENHO n.º																																																																									
02.1																																																																									
ESCALA 1 : 2.000																																																																									
Outubro de 2025																																																																									

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026

	 <p><u>Assim, e para uma mais adequada articulação entre as peças gráficas e o regulamento, sugere-se que relativamente ao art.º 6.º, n.º 3, onde se lê:</u> “O domínio hídrico integra o Canal de Rega do Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, assim como um curso de água, cuja salvaguarda está prevista no âmbito da estrutura ecológica prevista no artigo 10.º do presente Regulamento” <u>Se leia:</u> “O domínio hídrico, identificado na alínea b) do n.º 1 do presente artigo, e salvaguardado no âmbito da estrutura ecológica prevista no artigo 10.º do presente regulamento, integra: a) Canal de Rega do Aproveitamento Hidroagrícola de Silves (Leito e margem de 10m) b) Curso de água (Leito e margem de 10m)</p>
B. Recursos Hídricos Subterrâneos (Validado)	Nada a referir
C. Abastecimento de Água (Validado)	Nada a referir
D. Águas Residuais	<p>Validado com condição</p> <p>- <u>Relatório:</u></p> <p>(pág. 121): “(...) ETAR de Lagoa, construída em 1992 (...) necessita de ser aumentada dado a sua capacidade estar já esgotada. A ETAR da Boavista (...) construída em 2007 (...) poderá ser a ligação primordial a prever na execução do PPVC.”</p>

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026

<p>Afigura-se que da anterior proposta para a atual, a necessidade de articulação das entidades em baixa (Município) e em alta (AdP) não foi convenientemente assegurada, no sentido de acautelar, no prazo de execução do PPVC, o destino das águas residuais produzidas nas operações urbanísticas previstas no mesmo, configurando-se como mais adequada a ligação à ETAR da Boavista, face à capacidade infraestrutural atual e previsivelmente futura, das soluções existentes. Assim, considera-se que se trata de matéria sensível e relevante para contribuir para a melhoria da massa de água da Ribeira de Alcantarilha, classificada com estado inferior a bom.</p> <p>Face ao exposto, esta matéria carece de clarificação e estabilização, a considerar no Programa de Execução e no Plano de Financiamento deste PPVC, entre as duas entidades, previamente à sua aprovação.</p>	<p>(pág. 143): “O PPVC assume como melhor solução que as águas residuais tenham como destino a ETAR da Boavista, ficando à escala e nível do projeto a construção da solução concreta. A ETAR de Lagoa está com capacidade esgotada e se não tiver obras para o seu melhoramento, não poderá ser opção. Como alternativa a esta, bem como à já referida ETAR da Boavista, poderá ser considerada uma ligação à ETAR da Companheira (já no município de Portimão).</p> <p>Os projetos de ampliação/remodelação da ETAR de Lagoa, devem considerar o melhor modo de aproveitamento de águas residuais tratadas, bem como garantir a qualidade da massa de água na Ribeira de Alcantarilha.”</p> <p>- <u>Programa de Execução e Plano de Financiamento</u>: “No que se refere a intervenções fora da área do PPVC, a custear pelo promotor, estão incluídas: (...) Contribuição para o aumento de capacidade da ETAR de Lagoa.”</p> <p>Face ao exposto, conclui-se que a ETAR da Boavista corresponde à melhor solução, embora o Programa de Execução preveja contribuição financeira (do promotor) para o aumento da capacidade da ETAR de Lagoa.</p> <p>Recorde-se que a ETAR de Lagoa tem o seu ponto de descarga na ribeira de Alcantarilha que se encontra em Estado inferior a Bom, pelo que qualquer acréscimo de caudal nessa infraestrutura terá um impacte negativo acrescido, não aceitável, na qualidade da massa de água.</p> <p>Neste contexto, acresce referir que é do conhecimento destes serviços que as Águas do Algarve têm em curso um projeto para a desativação da ETAR de Lagoa e a ligação deste subsistema à ETAR da Boavista, pelo que como condição no presente parecer deverá atualizar-se o Relatório e Programa de Execução e Plano de Financiamento em conformidade.</p>
<p>E. Riscos Naturais (Validado)</p>	<p>Nada a referir</p>
<p>F. Resiliência às alterações climáticas e promoção da eficiência hídrica</p>	<p>Validado.</p>

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026

<p>Validado. Genericamente a proposta de plano, em particular o regulamento, incorporou as sugestões transmitidas por estes serviços, ficando por justificar a origem de água para enchimento da piscina, não podendo haver lugar a captações subterrâneas para o efeito.</p> <p>Quanto à integração de soluções de eficiência hídrica, condicionando a rega de espaços verdes e usos não potáveis com recurso a águas pluviais e ApR, adaptando o projeto de drenagem das águas pluviais para acomodar a componente que permita o aproveitamento para rega de espaços verdes e usos não potáveis, tal como expresso no anterior parecer destes Serviços, julga-se que esta matéria é de primordial relevância, no contexto de seca estrutural da região, pelo que deve ser atualizada a redação do artigo 14.º, n.º 2, e) conforme proposto:</p> <p>Onde se lê: "(...)", deve ler-se: "A rega dos espaços verdes deverá ter como origem as águas pluviais provenientes de estruturas de armazenamento (cisternas e bacias de retenção), complementadas com águas residuais tratadas (ApR), sempre que tecnicamente viável."</p> <p>Deve ainda ser atualizado também o artigo 11.º, e): Onde se lê: "(...)", deve ler-se: "Prever soluções com eficiência hídrica, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 14.º".</p>	<p>Em conformidade com o sugerido, foram atualizados os conteúdos dos artigos 11.º, e) e 14.º, n.º 2, e).</p>
<p>G. Relatório Ambiental da AAE (Relatório Ambiental Preliminar)</p> <p><u>Quadro 1</u> Onde se lê "Quadro 1 (...) (dezembro de 2022), deve ler-se " (...) dezembro de 2023)"</p> <p>Quanto à tradução do parecer da APA – ARH Algarve no RA em apreço, verifica-se que genericamente foram atendidas as recomendações efetuadas no parecer transmitido ao abrigo da Informação n.º I000817-202401-ARHALG.DPI.</p> <p>"<u>Medidas de Planeamento, apresentadas por FCD</u>": pese embora seja referido que foi efetuada a sua revisão e reduzido o seu número, assumindo todas igual grau de prioridade, verifica-se, no entanto, que é ainda apresentado um conjunto extenso de medidas. Deste modo, reitera-se a sugestão para que as mesmas sejam de alguma forma calendarizadas, de forma a garantir o adequado e efetivo seguimento/monitorização desta AAE.</p> <p>"<u>Resumo Não Técnico</u>": Concorda-se genericamente com o Resumo Não Técnico (RNT) apresentado, alertando para que o mesmo deve ser revisto em conformidade com as sugestões e recomendações acima efetuadas sobre o RA de julho de 2024.</p>	<p>O Quadro agora em análise designa-se por "Quadro 1 – Síntese dos Pareceres (julho 2024) e a sua tradução no RA (outubro 2025)"</p> <p><u>Medidas de Planeamento – Validado</u></p> <p>"Quanto à sugestão de tentativa de calendarização das medidas, deu-se resposta a este pedido, agrupado em medidas com prioridade elevada e medidas com prioridade média".</p> <p><u>Ainda relativamente ao RA e RNT - Vide ponto 3</u></p>

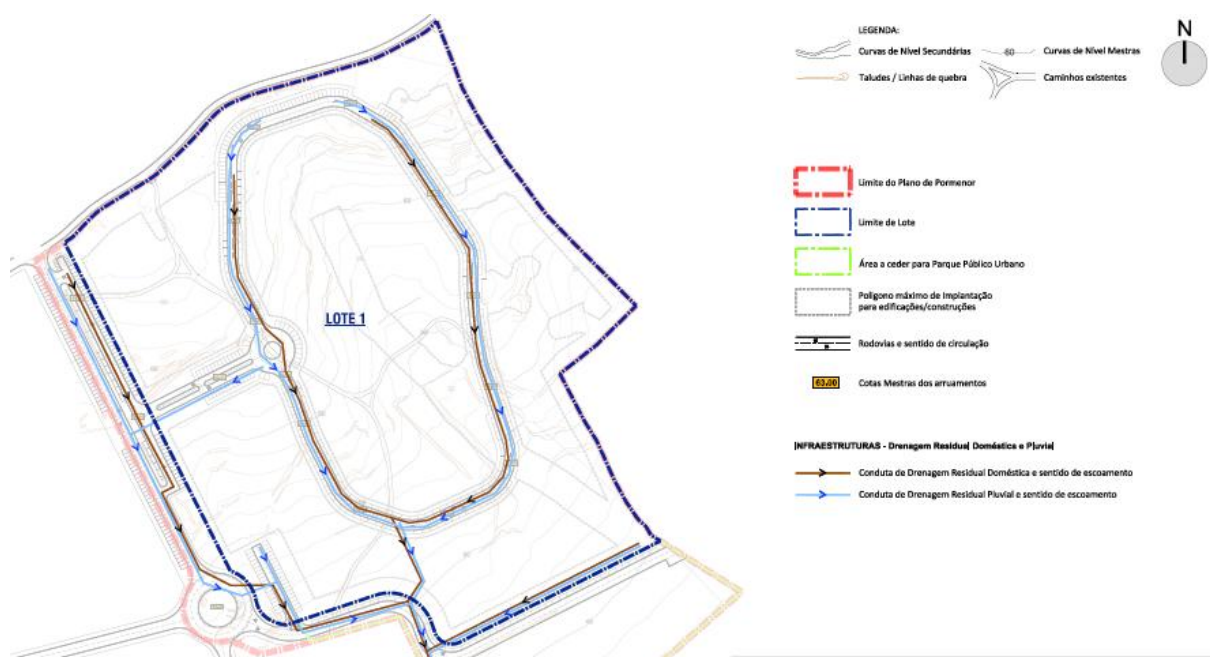
2.3.2. Planta de infraestruturas – Rede de Saneamento, Drenagem Residual Doméstica e Pluvial

Com base na proposta versada na "Planta de infraestruturas – Rede de Saneamento, Drenagem Residual Doméstico e Pluvial" (Desenho n.º 8.2), a análise sobre a mitigação da impermeabilização revela uma estratégia que privilegia a drenagem dirigida para um único ponto, em detrimento de soluções de escoamentos e infiltração distribuídas. Do ponto de vista da engenharia hidráulica sustentável, o plano é convencional, baseia-se

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026

na recolha, transporte e concentração das águas pluviais via condutas, falhando em apresentar soluções de "Cidade Esponja" que promovam a infiltração direta e distribuída no local da precipitação.³



Por fim, e ainda no referido desenho, propõe-se que a rede de drenagem pluvial não seja associada ao termo "residual", conforme rasurado abaixo:

INFRAESTRUTURAS - Drenagem Residual Doméstica e Pluvial

- Conduto de Drenagem Residual Doméstica e sentido de escoamento
- Conduto de Drenagem ~~Residual~~ Pluvial e sentido de escoamento

3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)

Da análise efetuada ao **Relatório Ambiental** (RA) agora disponibilizado, de outubro de 2025, verifica-se que o documento se encontra bem identificado, com contextualização adequada relativamente ao Plano a que diz respeito e à fase do procedimento de AAE em que se encontra.

Genericamente, o documento apresenta uma estrutura e uma metodologia alinhadas com a legislação aplicável e com as boas práticas existentes em matéria de AAE.

³ Ainda que em sede de regulamento se prevejam disposições que visam contribuir para esta infiltração direta, como por exemplo: art.º 11.º (Ambiente Urbano) conjugado como o art.º 14.º (Riscos naturais e mistos) – [prever soluções com eficiência hídrica onde a rega dos espaços verdes deve ter como origem as águas pluviais provenientes de estruturas de armazenamento (cisternas e bacias de retenção), complementadas com águas residuais tratadas (ApR), sempre que viável]; art.º 16.º (Parâmetros Urbanísticos) - al. h), al. i) referentes a área máxima de impermeabilização.

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026

Da análise da tabela de ponderação dos pareceres das ERAE ao último RA disponibilizado, constante do Anexo 1, verifica-se positivamente que a maioria dos contributos da APA foram tido em consideração na elaboração do presente RA.

Desta forma, em matéria de AAE, **considera-se que se encontram reunidas as condições para que o RA** (outubro 2025) **possa acompanhar a proposta de plano na fase de discussão pública.**

Ainda assim, apresentam-se algumas **recomendações** a ter em consideração:

- Como já tinha sido anteriormente referido, não há necessidade de referenciar a ARH, uma vez que a APA atua no âmbito de todas as suas competências e não apenas no âmbito dos recursos hídricos.
- O capítulo relativo à estratégia de comunicação apenas apresenta as consultas previstas no regime jurídico de AAE. Ao longo de todo o procedimento de AAE há lugar para diversas iniciativas de comunicação, divulgação e auscultação dos diversos agentes interessados, por exemplo, sessões públicas de esclarecimento, parcerias com associações ou entidades locais, questionários, etc. Desta forma, se tiverem ocorrido tais iniciativas, estas devem merecer mais detalhe no RA.

Concorda-se genericamente com o **Resumo Não Técnico** (RNT), apresentado, tanto em termos de estrutura, como de dimensão e linguagem utilizada. Este documento deve acompanhar o RA e a proposta de plano na fase de discussão pública.

Em relação às **peças do plano**, verifica-se que nem o regulamento, nem o relatório do plano referem a AAE realizada, aspeto a completar. As medidas de controlo previstas no RA devem estar refletidas no desenvolvimento da proposta de Plano e respetivas peças, sendo claro quais os contributos que a AAE deu para a proposta de Plano.

Quanto às **fases seguintes deste procedimento de AAE**, recorda-se que:

- Depois das consultas institucional e pública, e em simultâneo com a versão final do Plano deverá ser elaborado o Relatório Ambiental final, que incorpore o resultado das consultas, que deve ser enviado à APA e restantes entidades consultadas, juntamente com a Declaração Ambiental, aquando da publicação do PPVC. Os resultados das consultas institucional e pública deverão igualmente ser vertidos no Plano, sempre e quando pertinente.
- Em sequência, deverá ser elaborada e enviada a esta Agência e às restantes ERAE consultadas a Declaração Ambiental (DA), de acordo com o Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. De lembrar que a DA a disponibilizar no site da CM deverá ser assinada, datada e referir o cargo do responsável pela sua emissão, de acordo com a nota técnica da APA, disponível no site desta Agência.
- Aquando da publicação do PPVC em Diário da República, deve ser feita alusão ao facto de o mesmo ter sido sujeito a um procedimento de AAE.
- Alerta-se para a obrigação legal de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1 do art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007). Os resultados do controlo devem ser divulgados pela entidade responsável pelo Plano, através de meios eletrónicos, e atualizados com uma periodicidade mínima anual, devendo ainda ser remetidos à APA. Existe igualmente um documento orientador sobre esta fase da AAE disponível no site da APA.

Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026

Mais se informa que toda a informação relevante sobre a AAE se encontra sistematizada no site da APA na seguinte hiperligação:

<https://apambiente.pt/avaliacao-e-gestao-ambiental/avaliacao-ambiental-estrategica>

4. CONCLUSÃO

Face à apreciação efetuada, propõe-se superiormente que a presente informação consubstancie o parecer da APA, entendendo-se que a pronúncia desta entidade, a transmitir no âmbito da **Conferência Procedimental**, a realizar-se no dia **27.03.2026**, seja sistematizada nos seguintes pontos:

1. **Proposta de Plano – Parecer favorável condicionado à reformulação da planta “Planta de infraestruturas – Rede de Saneamento, Drenagem Residual Doméstico e Pluvial”** (Desenho n.º 8.2), atento ao exposto no ponto 2.3.2. da presente informação, sendo que, em síntese, o sistema de drenagem pluvial não deverá ser dirigido para um único ponto e deverá prever soluções que não externalizem impactos negativos para a envolvente ao PP.

Outra condição é assumir como solução a adotar para as águas residuais domésticas, o encaminhamento destas para a ETAR da Boavista, face à ETAR de Lagoa com capacidade esgotada, e que tem o seu ponto de descarga na ribeira de Alcantarilha que se encontra em Estado inferior a Bom, pelo que qualquer acréscimo de caudal nessa infraestrutura terá um impacto negativo acrescido, não aceitável, na qualidade da massa de água (vide Quadro no ponto 2.3.1 – D. Águas Residuais).

Identificam-se ainda **recomendações** ao nível da representação do Domínio Hídrico na planta de condicionantes e respetiva articulação com a proposta de regulamento (art.º 6.º, n.º 3). Quanto ao artigo 25.º do regulamento, o qual se refere aos “Espaços Verdes”, sugere-se substituir da redação do n.º 1 “(...) atividade de turismo (...)” por “(...) atividades desportivas (...)”, uma vez que o uso “Turístico” não é proposto na presente proposta de plano e o PU da Cidade de Lagoa aponta nesse sentido.

2. **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) – Parecer favorável com recomendações**

Face ao exposto, e em matéria de AAE, considera-se que se encontram reunidas as condições para que a próxima versão do Relatório Ambiental (RA) e o respetivo Resumo Não Técnico (RNT) sejam disponibilizados na fase de consulta pública, acompanhando a proposta de plano de pormenor. As **recomendações** a ter em consideração e aspeto a completar, encontram-se descritos no ponto 3 da presente informação.

Uma vez que as competências em matéria de Alterações Climáticas estão presentemente atribuídas à Agência para o Clima (ApC), este parecer não inclui


Informação nº: I004440-202603-ARHALG.DPI

Data: 19/03/2026

pronúncia neste âmbito. Neste sentido, sugere-se que a Câmara Municipal proceda à consulta desta entidade, considerando a pertinência desta temática.

À consideração superior,

Técnico Superior



Jack Alpestana

O conteúdo da presente informação contou com a colaboração da DRHI (MA) e DAIA.